

OPINIÃO



Bloco de Notas

João Vieira Pereira

jvpereira@expresso.imprensa.pt

5 DESEJOS REPETIDOS...

1 Que a crise em V não seja em W
Foi o meu primeiro desejo para 2010 e continua atual. Depois da queda de 1,9% do PIB em 2009 e do crescimento de 1% este ano, uma nova recessão parece inevitável.

2 Que os juros não subam
Apesar da minha prece no ano passado este desejo não se realizou. E este ano é ainda mais premente. Uma nova escalada nos juros atiraria Portugal para a iminência da bancarrota.

3 Que Angola e o Brasil continuem a crescer
África e principalmente a América Latina podem ser a grande tábua de salvação de 2011.

4 Parem de ajudar quem não tem salvação
A julgar pelo que se passou no BPN os políticos continuam com a mesma fobia de verem empresas falhar. Perdem os contribuintes e perde a economia.

5 Que o modelo de supervisão do sistema financeiro mude
Era a grande esperança para 2010. Um ano depois tudo continua igual.

... E 7 NOVOS PARA 2011

6 Que o número de desempregados desça dos 600 mil
Em 2000 havia 215 mil desempregados. Em 2010 passámos a fasquia dos 600 mil.

7 Que o FMI afinal não venha
Portugal perdeu a janela de oportunidade que se abriu com a crise irlandesa para pedir ajuda ao FMI. Fazê-lo em 2011 seria catastrófico.

8 Que a banca portuguesa se consiga financiar
Em 2010 o BCE foi pai e mãe dos bancos ao garantir o acesso a dinheiro a baixo custo. Até meados de 2011 está garantido que o continuará a fazer. E depois?

9 Que o TGV pare mesmo
Com o país à beira da bancarrota insiste-se em erros que nos colocaram nesta situação. Haja juízo!

10 Que a entrada da PT na Oi seja um bom negócio
A operadora brasileira é um risco para a PT se não for feito um bom negócio, algo que muitos duvidam.

11 Que as privatizações sejam feitas a bom preço
Em 2010 não se fizeram por falta de condições. Se avançarem em 2011 que sejam feitas pelo melhor preço.

12 Que a CGD não perca €4,5 mil milhões com o BPN
Ninguém quis ficar com o Banco Português de Negócios. A Caixa já lá colocou €4,5 mil milhões. Recuperá-los seria uma boa notícia para 2011.

Sobre o aziago décimo terceiro esquema que a DGCI resolveu rotular de abusivo
Doações: para que vos quero?

Ricardo da Palma Borges

O décimo terceiro e último esquema que a Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI) rotulou de abusivo foi o de uma doação de um imóvel pelos sócios — pessoas singulares — a uma sociedade por quotas que já o utilizava. Atente-se no simbolismo cabalístico que o Fisco transmite com lista de tal aziago número, qual *fatwa* ao planeamento fiscal.

Recorde-se que, com a reforma da tributação do património de 2003, as doações a sociedades passaram a ser tributadas em IRC, como rendimento acrescido, ao valor de mercado, e não em Imposto do Selo, como transmissões gratuitas, ao contrário do que sucede com as pessoas singulares.

No esquema considerado, a variação patrimonial positiva gerada pela entrada do imóvel na sociedade não era tributada na esfera desta devido à existência de prejuízos fiscais reportáveis. Para os sócios não houve mais-valias tributáveis em IRS, pois a transmissão não foi onerosa, e a sociedade não esteve sujeita a IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis), pelas mesmas razões (a DGCI assumiu ainda que se tratava de um edifício, e que as depreciações seriam posteriormente feitas com base no valor de aquisição,



Em discussão o caso de doações por sócios de imóveis a sociedades por quotas

Por razões legítimas, trocou-se uma carga fiscal presente, que atiraria sócio e sociedade para a valeta, por impostos futuros

mas o caso denunciado respeitava a um terreno).

Diz o Fisco ainda que, posteriormente, a sociedade poderia ser transformada em anónima, procedendo os sócios à alienação das ações e beneficiando de regime favorável, ou a sociedade alienaria o imóvel obtendo uma mais-valia de reduzido valor absorvendo prejuízos remanescentes. A primeira observa-

ção caducou com a recente alteração do regime de tributação das mais-valias mobiliárias em IRS; a segunda esquece que o produto da venda seria da sociedade, e que entre esta e o bolso dos seus sócios vai a distância de um dividendo tributável.

O escriba confessa-se denunciante do esquema, não porque o reputa de abusivo, mas devido ao facto de a lei parecer associar esse dever sempre que uma poupança fiscal, ainda que legítima, envolva utilização de prejuízos fiscais.

Que razões levaram, em concreto, os sócios a fazer a doação à sociedade? Primeiro, esta estava quase falida e precisava de me-

lhorar os seus rácios. Segundo, aqueles encontravam-se insolventes e não podiam suportar novas cargas tributárias. Terceiro, aquela operava num edifício por si construído mas situado em terreno destes, situação esdrúxula que importava resolver, por questões de registo predial. Quarto, a imposição de um banco credor, que quis da sociedade um reforço das suas garantias.

Os sócios, a prazo, quando a sociedade distribuir dividendos (potencialmente maiores devido à doação), serão tributados por eles, à taxa de 21,5%. Se a alienação, as suas mais-valias estarão inflacionadas (pela transmissão gratuita, sem contrapartida nas

partes sociais) e pagarão 10% ou 20% de IRS. Sobre a alienação do terreno, se feita diretamente pelos sócios, incidiria entre 0% e 23,25% de IRS, não sendo evidente que os 26,5% de IRC da sociedade sejam melhores. No fundo, por razões económicas legítimas, trocou-se uma carga fiscal presente, que atiraria sócio e sociedade para a valeta, por impostos futuros.

A DGCI considera que é de aplicação eventual a uma doação deste tipo a cláusula geral antiabuso (n.º 2 do artigo 38.º da LGT), mas não diz qual seria o negócio económico equivalente que poderia tributar em substituição da doação: venda do imóvel à sociedade (ficando os sócios credores do preço?); entrada em espécie para o capital da sociedade (ficando os sócios titulares do capital)? E não o diz porque, na nossa opinião, não existe conceptualmente qualquer negócio oneroso equivalente a um gratuito...

Advogado

Retificação

Por lapso, o artigo publicado na edição anterior, neste espaço, intitulado “Debt push-downs’ mediante fusão de SGPS”, não surgiu assinado pelo autor, o advogado Tiago Marreiros Moreira. Ao próprio e aos leitores as nossas desculpas.

Pantufa Negra Coisas que até uma gata preta percebe

www.expresso.pt/pantufanegra



A aposta na participação e valorização das competências tem de fazer a diferença

O ano de todos os desafios

Francisco Jaime Quesado

O novo ano vai ser o ano de todos os desafios. A sociedade portuguesa encontra-se bloqueada e impõe-se um sentido de urgência na emancipação cívica do país.

Por isso, o novo ano terá de ser capaz de responder de forma positiva aos desafios de uma sociedade civil ansiosa pela mudança.

Trata-se de um desafio ativo, em que a aposta na participação e a valorização das competências, numa lógica colaborativa, têm de ser as chaves da diferença.

1 — O desafio da inclusão social. Um país moderno tem de

saber integrar de forma positiva os seus cidadãos. A coesão social faz-se pela participação construtiva e tem de haver uma atitude clara de mobilização para esse esforço nacional de convergência de atuação. A educação na escola tem de forçar a pedagogia e a prática da integração dos desfavorecidos, imigrantes, todos aqueles com défices operativos de participação; têm de ser dinamizadas ações de demonstração do apoio à vontade do contribuinte de todos. Um programa para a inclusão social tem de saber “integrar de facto”.

2 — O desafio da inovação tecnológica. Está mais do que consolidada a mensagem da urgência da dimensão tecnológica na matriz de desenvolvimento nacional. Um pro-

grama para a competitividade tem de forçar dinâmicas efetivas de aposta na tecnologia, seja ao nível da conceção de ideias novas de serviços e produtos, seja ao nível da operacionalização de centros modernos rentáveis de produção, seja, sobretudo, ao nível da construção e participação ativa em redes internacionais de comercialização e transação de produtos e serviços.

3 — O desafio da excelência territorial. Portugal tem uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades médias, voltadas para a qualidade, a criatividade e a sustentabilidade ecológica. Verdadeiros centros de modernidade participativa, que façam esquecer a dinâmica asfixiante das “âncoras comer-

ciais” que são os modernos *shoppings* que dominam o país. Um programa territorial para a modernidade é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação das cidades médias e à nova vontade de também saber apostar no interior.

4 — O desafio da dimensão cultural. Portugal tem uma forte cultura alicerçada no potencial histórico da língua. É um ativo único. Um programa intelectual da cultura por-

tuguesa tem de saber dinamizar de facto nos grandes circuitos internacionais a apetência pela prática e consumo dos muitos “produtos culturais nacionais disponíveis. A “cultura da língua portuguesa” tem de ajudar na criação de valor para o nosso país.

5 — O desafio da maioridade cívica. Tudo passa por no princípio e no fim saber estar e participar. Impõe-se para Portugal uma cultura de participação cívica ativa positiva. É assim que se faz a riqueza da matriz europeia. É assim que se tem de consolidar a atuação dos grandes objetivos para este novo ciclo de “integração europeia”.

Membro da Plataforma Construir Ideias